

O INDIGENISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Resumo

O objetivo deste documento é apresentar o papel do indigenismo, fundamentalmente uma política governamental que procurou a assimilação e controle das populações indígenas na sociedade, mas agora em relação às políticas de informação, isto é, o seu papel na recuperação, organização, criação e difusão de informações dos povos indígenas. A metodologia empregada consistiu numa revisão de literatura sobre o indigenismo, incluindo os principais números da revista *América Indígena*, ícone do indigenismo latino-americano procurando identificar o interesse desde então na criação de um sistema interamericano de informação indígena, procurando caracterizar a sua orientação atual (indigenismo dialógico), na sua preocupação com temas como o controle, organização e difusão de informação relativa aos indígenas. Dentre as conclusões obtidas: o indigenismo não assumiu desde começo a recuperação, resgate e promoção das informações criadas pelos indígenas, procurou a imposição de uma Ciência eurocêntrica, tentando eliminar os rasgos daqui. Contudo a papel do indigenismo científico foi chave para o estudo do produzido aqui. Só após o surgimento dos movimentos indígenas e da preocupação por segmentos profissionais do campo da Ciência da Informação, diversos serviços/produtos de informação para indígenas são uma realidade em diversos países do mundo.

Palavras-chave: Povos indígenas. Bibliotecas indígenas. Indigenismo. Políticas de informação. Congressos indigenistas interamericanos.

THE INDIGENISM IN THE INFORMATION AGE

Abstract

The aim of this paper is to present the role of indigenous people, mainly a government policy which sought the assimilation and control of indigenous peoples in society, but now in relation to the policies of information, that is, in the recuperation, organization, creation and diffusion the information of the aboriginal peoples. The methodology used was a review of literature on indigenous people, including principal issues from the *América Indígena* magazine, icon indigenism Latin America seeking to identify the interest for the introduction of a system inter-American indigenous information, trying to characterize its current direction (indigenism dialogue), its concern with issues such as control, organization and dissemination of information on indigenous people. Some conclusions: the indigenism did not assume since start the recovery, rescued and promotion of the information created for the aboriginals; looked the imposition of a eurocentric vision, trying to remove the tears away. However the role of the scientific indigenism was important for the study of the produced here. Only after the emergence of indigenous movements and the concern for segments of the professional field of Information Science, diverse services/products of information for aboriginals are a reality in diverse countries of the world.

Key-word: Indigenous peoples. Indigenous libraries. Indigenism. Information policy. Interamerican indigenist Congress.

Alejandra Aguilar
Doutoranda em Ciência da
Informação, Universidade
de Brasília (UNB).
ale.unb@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar a relação do indigenismo com as políticas de informação, isto é, o papel desta política governamental étnica na recuperação, organização, criação e difusão de informações dos povos indígenas, através de uma revisão de literatura sobre o interesse do indigenismo, principalmente no fornecimento de serviços de informação (bibliotecas, arquivos, redes, museus) para este segmento da sociedade.

O documento começa apresentando a ideologia indigenista, dando a conhecer alguns autores, representantes do indigenismo oficial, mas procura-se destacar aqueles que começaram a questionar o atuar da ideologia indigenista e o impacto da globalização econômica e eletrônica nos povos nativos, principalmente através de organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e da Internet, os quais provocaram em parte a nova re-organização política destes povos em nível local e internacional, participando em decisões dos governos e organizações de financiamento, assim como em encontros e congressos próprios, tornando públicas suas demandas/reivindicações, situação social, política e cultural e suas opiniões ao resto do mundo.

Além disso, faz-se uma revisão e análise cronológica e documental dos congressos indigenistas interamericanos, os quais começaram a fazer diagnósticos e recomendações sobre diversos aspectos na política indigenista dos países integrantes do Sistema Interamericano Indigenista (educação, saúde, terras etc. para este segmento da sociedade). Neste caso procurou-se recuperar aquelas sugestões sobre o tema informação indígena, isto é, criação de unidades de informação, medidas que favorecessem sistemas de informação para os indígenas.

O indigenismo no transcurso do tempo tem mudado seu enfoque nos diversos países da América onde se aplicou desde uma orientação paternalista/assimilacionista/integracionista para uma de reconhecimento e, em certa medida, promoção dos povos como entidades autônomas com capacidade de decisão. Contudo, para chegar a esse ponto, os povos indígenas foram decisivos, através das suas organizações, que começaram a questionar a atuação das instituições mediadoras indigenistas.

Hoje o indigenismo começou a ser influenciado por outras visões teóricas como o multiculturalismo, uma política ideológica dos países centrais que tentam agora o reconhecimento das minorias, através de diversas medidas de integração em espaços antes negados ou de difícil acesso, como são as universidades. Na América Latina tem acontecido em certa forma uma contracorrente que tenta mais um diálogo, uma participação na inclusão, transpassando o acesso através de cotas, e tendo uma visibilidade em espaços mais decisivos como é o âmbito político e legislativo. É o caso da corrente de pensamento chamada interculturalismo.

2 DO INDIGENISMO AO DIÁLOGO INTERCULTURAL?

O indigenismo pode ser entendido principalmente de acordo com dois pontos de vista sobre a realidade dos povos indígenas. O primeiro se refere a uma ideologia ou forma de pensamento que procurou construir todo um corpo de procedimentos/recomendações para o trato deste segmento da população, que foi considerada vítima no encontro entre o mundo ocidental e o novo mundo. O segundo se refere a uma *práxis* de governo, isto é, um processo pelo qual a “ideologia” indigenista foi executada ou praticada, principalmente como uma política pública que procurou sua incorporação nas pautas nacionais do desenvolvimento.

O indigenismo poderia ser considerado um tema do século XX, pois é desta época as primeiras abordagens localizadas. Segundo autores como Favre (1998) e Aguirre Beltran (196-?), este tem antecedentes desde o descobrimento, sendo assim um tema principalmente da América Latina. Nesta seção pretende-se demonstrar as mudanças acontecidas no indigenismo, observando aspectos tanto de sua atuação teórica quanto prática sobre o indígena.

Favre (1998) considerou o indigenismo de um ponto de vista amplo, isto é, não só como pensamento político. Segundo este autor indigenismo é uma corrente de opinião favorável aos índios. Para ele “o indigenismo arrasta a má consciência que os conquistadores europeus, os colonos ‘criollos’ e os mestiços sentem frente aos índios, sem lograr tranqüilizá-la” (FAVRE, 1998, p. 7). Contudo, o indigenismo é também um movimento

ideológico de expressão literária e artística, porém igualmente político e social que considera o índio no contexto de uma problemática nacional.

Ainda segundo Favre (1998), indigenismo está estreitamente ligado ao nacionalismo, ante a inexistência da nação, pois o índio foi visto como o único fundamento sobre o qual foi possível construí-la (um tipo de populismo). A força do indigenismo não reside na persistência mais ou menos considerável de valores culturais indígenas nas sociedades da América, mas da dependência da significação que esses valores podem adquirir dentro deles. Em sua obra Favre reflete uma ampla pesquisa sobre o tema, pois o considerou a partir de diversas perspectivas, o que não acontece com aqueles autores mais ligados ao indigenismo oficial de governo, como é o caso de Gonzalo Aguirre Beltran.

Aguirre Beltran, escritor mexicano indigenista, ligado ao Instituto Indigenista Interamericano também faz uma vinculação histórica do indigenismo ao primeiro encontro entre o mundo ocidental e indígena. Segundo Aguirre Beltran (196-?, p. 53), esta “política nasceu no momento em que as nações imperiais da Europa estabeleceram na América colônias de exploração, que logo herdaram ao grupo dominante que emergiu quando essas colônias se independizaram.” Para ele o movimento indigenista teve impulso dos anos 20 aos 40 do século passado, destinados a conseguir a melhoria e o desenvolvimento dos grupos étnicos que, na Mesoamérica, constituem importante porção da população nacional. O indigenismo logo então se estendeu pelas artes, literatura etc.

A política indigenista, destaca Aguirre Beltran (196-?), começou a mudar à medida que o tempo transcorreu. O autor pontua também que no começo todos os grupos étnicos ameríndios foram colocados em uma categoria social única, a de índios. Durante o regime colonial os índios foram dotados de uma organização social primitiva: a república de índios. Criaram-se assim estados multicorporados nos quais a nacionalidade dominante prevaleceu sobre a pluralidade das identidades (repúblicas tribais subjugadas) sem sentido de nacionalidade. Logo com a independência estes estados indígenas ficaram desmembrados. A independência causou uma incerteza sobre estes povos, pois não houve incentivo para sua unidade. Assim, Aguirre Beltran (196-?) destaca que a política indigenista foi parte de uma política mais ampla de desenvolvimento, que ficou submetida a suas pautas.

Tanto Favre quanto Beltran indicam que o indigenismo teve um começo no descobrimento, e durante a Colônia e a República na América Latina até 1940 começou a se

consolidar. Um fato importante para Beltran foi a criação do Instituto indigenista Interamericano no México, que veio tentar ser o órgão coordenador de uma política indigenista interamericana, através da organização de reuniões ou congressos periódicos e diversas recomendações, assim como a criação de institutos nacionais em cada nação.

2.1 O indigenismo dialógico e sua visão crítica do indigenismo

O indigenismo como um fenômeno político ideológico foi afetado por acontecimentos históricos, como as crises econômicas, as políticas nacionais, e logo com a intensificação da globalização e o surgimento de diversos organismos transnacionais, este pensamento passou a ser reformulado e a ser praticado, além dos estados nacionais.

No transcurso dos anos 1970-1980 vozes críticas surgiram por parte de antropólogos que acusaram o indigenismo de cumplicidade com ideologias externas na aculturação e destruição dos povos nativos. Essas críticas começaram a acontecer tanto desde a atuação dos institutos indigenistas nacionais (oficiais) e outras instituições externas, o que foi mais comum. Assim, por exemplo, Roberto Cardoso de Oliveira desde o surgimento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) começou a questionar o trabalho indigenista. Sua proposta vai partir por uma eticidade e de uma comunicação argumentativa, procurando uma visão crítica do que tinha sido feito até agora, com uma orientação eurocêntrica do indigenismo.

No artigo *Ação indigenista, eticidade e diálogo interétnico*, Oliveira faz uma análise do atuar antropológico, recomendando uma nova atitude no contato com os povos indígenas. Oliveira (2000, p. 213) considera importante “[...] ter em conta uma ‘ética discursiva’ [...] aplicada a uma ação indigenista crítica, a condição de ser, preliminarmente, autocrítica, [...] para se tornar por referência uma ‘ética crítica’ pela qual ela se constituiria a partir das vítimas.”

Oliveira (2000) é um dos primeiros autores a questionar o indigenismo oficial, pois ele fala de uma ética que possa ser reguladora das relações entre os povos indígenas e o Estado-nação. No caso do Brasil “na esfera dos confrontos étnicos, num país multiétnico, problemas revelam a necessidade do campo indigenista assumir o diálogo interétnico e

intercultural como fator decisivo na promoção da cidadania indígena.”(OLIVEIRA, 2000, p. 228, grifo nosso).

No nível mais amplo a crítica ao indigenismo aconteceu no começo dos anos 1970 em um evento internacional, o *Simpósio sobre relações interétnicas na América Latina* que produziu a *Declaração de Barbados*. Miguel Bartolome foi um dos antropólogos que assistiram ao evento, produziu na temática e qualificou o indigenismo como:

Uma filosofia social da práxis colonialista, o qual deveria ser visto tanto como uma teoria e ação concretas, dentro de uma visão historicamente nacional e continental. Um processo histórico-ideológico intimamente relacionado com a experiência do mundo ocidental-capitalista no mundo indígena, sendo mais uma alienação ideológica da realidade indígena (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p. 108).

Estes autores criticam o novo indigenista, pois vê o “mundo indígena com categorias materialistas, entre as quais o fator ideológico está ausente.” Falta segundo eles “um modelo analítico das realidades superestruturais indígenas”. Assim acreditam “ser necessário e correto atribuir à superestrutura cultural, validade e significados similares às relações e modos de produção.” (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p. 109).

Para eles uma alternativa passaria pela “revalorização dos próprios esquemas culturais indígenas, para assim contribuir para a manutenção da solidariedade grupal e sua coerência enquanto grupo como um todo.” (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p. 111). A causa disto é porque as “populações indígenas podem atuar com consciência política a partir de sua consciência étnica (consciência étnico-política).” (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p. 112).

Portanto, para estes autores “fazer um reconhecimento e valorização das culturas indígenas, a sua capacidade, a validade de seu modelo sociopolítico, constituiria uma alternativa cultural legítima.” (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p.113-114).

No contexto de intensificação da globalização econômica e eletrônica, que vieram a abalar a estrutura dos estados-nação e a cidadania tradicional, os povos indígenas também foram afetados, pois foram incluídos neste contexto global, sendo atores dos planos das empresas transnacionais, de agências de financiamento multilateral e organismos de direitos humanos, como as Nações Unidas.

João Pacheco (2000), que estuda os indígenas nesta nova realidade, indica que o destino hoje dos povos indígenas não está só ligado aos estados-nação, descontínuos e com uma soberania questionada, mas que agora contam ademais as doutrinas e concepções jurídicas externas sobre direito dos povos.

Portanto, a temática indígena foi inserida nos governos pela nova configuração econômica mundial, que os obrigou a adotarem medidas para atender aos requisitos de entidades supranacionais. Assim, por exemplo, tanto o Banco Mundial quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a incluir nos seus planos requisitos ou medidas a “favor” dos povos indígenas para apoiar projetos econômicos nacionais.

Contudo, Pacheco (2000) faz uma crítica destes requisitos e qualificações sobre a realidade dos povos indígenas, pois na maioria dos documentos destas entidades existe uma representação anacrônica do índio como um ser primitivo e que não se aplicam a numerosos casos concretos. O autor propõe ainda a reformulação das diretrizes, consultando a diversos segmentos (antropólogos, organismos indigenistas etc.). Assim, em forma parecida a Oliveira ele faz menção que ante a variedade de atores envolvidos, deveria acontecer “um acordo ético de diálogo, envolvendo condições adequadas de comunicação” (PACHECO, 2000, p. 135, grifo nosso).

Como se pode ver o indigenismo tem evoluído na sua postura sobre os povos indígenas, existindo no início de 1970 um chamado de atenção para o aspecto cultural e da participação ativa deles na criação de conhecimento. Já na década de 1980 e 1990 as demandas indígenas foram um fator chave para as mudanças no indigenismo oficial positivista, surgindo assim o chamado indianismo ou uma política indígena, desde o atuar dos mesmos indígenas para uma avaliação e proposta de melhoras nas suas condições sociais, culturais e políticas.

Um dos primeiros autores nesse aspecto é Ladislao Landa, um antropólogo descendente de indígenas, que reflete criticamente sobre o novo atuar dos indígenas, pois indica que ainda não há uma proposta ideológica clara dos povos nativos. Contudo, ele destaca o surgimento dos indígenas na elaboração do discurso indigenista, pois organizados eles assumem um discurso e uma ideologia, que segundo Favre (1998) poderia se definir como Indianista. Landa (2006) ademais faz uma breve proposta de classificação do indigenismo num contexto histórico, indicando tentativas como a de Manuel Marzal, que

indicou um indigenismo colonial, republicano e moderno. Landa (2006) ressalta também que existiriam países, como o Peru, com um debate mais rico. Ademais destaca as influências político-ideológicas (estruturalismo, marxismo, nacionalismo) que foram determinantes no indigenismo.

Ante a variedade de definições, Landa (2006, p. 17) tenta englobar as diferentes dimensões, propondo uma definição unitária de indigenismo:

Movimento ideológico formulado por diferentes gerações de intelectuais para expressar a alteridade instituída na colônia e a expansão de Ocidente no mundo, se trata de ideologias e discursos explicativos que supõem razões econômicas, pressupostos etnocêntricos e modos de reflexão em função da nação.

Um aspecto importante a se destacar das reflexões deste autor é a importância que ele dá para o indigenismo independente, que não tem sido, em geral, considerado. Ele propõe a hipótese de uma participação da sociedade civil, nos começos do indigenismo, o que é bastante original e revelador.

Como se pode ver no transcurso do indigenismo, diversos pensamentos se foram criando sobre o índio, diversos pensadores de âmbito político, religioso, artístico etc. foram formulando diversas teorias sobre os índios. Landa indica enunciados em comum que transitam nas manifestações dos diferentes intelectuais e movimentos que têm falado sobre o índio: o passado histórico milenário, o índio donos destas terras, o socialismo comunitário, a redenção do índio, a ecologia do bom selvagem, dentre outros. Contudo ele faz uma crítica aos indianistas atuais por não considerarem a herança de outros indigenistas responsáveis pela formulação desta ideologia, às vezes, a favor dos indígenas.

3 INSTÂNCIAS A FAVOR DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES FINAIS DOS CONGRESSOS INDIGENISTAS INTERAMERICANOS

Esta seção tem como objetivo principal identificar o momento em que foi reconhecida a participação dos povos indígenas na criação, organização e difusão de informações na temática indígena.

Os congressos indigenistas vêm acontecendo desde 1940, sendo o “baseamento nuclear de toda a problemática da ação indigenista na América” (MARROQUIN, 1977 apud PINTO, 2000, p. 78). Estes consistem em reuniões periódicas que devem ocorrer a cada quatro anos pelo menos; se compõem de delegados com voz e voto, nomeados pelos respectivos governos; e delegados observadores, somente com voz, convidados pelo governo organizador do congresso. Se dividem em comissões técnicas onde se estudam os diversos informes apresentados pelos delegados. Em sessões plenárias se tomam os correspondentes acordos e recomendações que, teoricamente, são obrigatórios para todos os países assinantes da convenção.

Estas instâncias de diálogo originaram-se devido à situação de pobreza e marginalidade que se foi acumulando através dos anos desde o primeiro encontro com as chamadas sociedades ocidentais.

Já na primeira declaração originária do I Congresso Indigenista Interamericano indica-se a criação de uma organização, o Instituto Indigenista Interamericano para organizar futuros congressos.

Diversas resoluções dos congressos têm dados relativos à importância de se chegar a um consenso para um futuro sistema sobre a temática indígena por parte das organizações indígenas e das que trabalham a favor delas para o resgate, organização e difusão deste tipo de informação que, ainda em nível americano, não conta com um controle e sistematização em nível macro. Os seguintes Congressos são considerados: I Congresso Indigenista Interamericano, Pátzcuaro, México (1940), II Congresso Indigenista Interamericano, Cuzco, Perú (1949), III Congresso Indigenista Interamericano, La Paz, Bolívia (1954), IV Congresso Indigenista Interamericano, Tegucigalpa, Guatemala (1959), V Congresso Indigenista Interamericano, Quito, Equador (1964), VI Congresso Indigenista Interamericano, Pátzcuaro, México, (1968), VII Congresso Indigenista Interamericano, Brasília, Brasil (1972) e o IX Congresso Indigenista Interamericano, Nuevo México, Estados Unidos de América (1985) e X Congresso Indigenista Interamericano, Neuquen, Argentina (1989).

O interesse pela criação de entidades encarregadas no assunto indígena começa nos primeiros congressos indigenistas. O primeiro Congresso em Patzcuaro estabeleceu o Instituto Indigenista Interamericano com sede no México, com a finalidade de coordenar e auxiliar os demais institutos indigenistas nacionais dos países na América (BOLETIN

INDIGENISTA, 1948 apud COMAS, 1965, p. 353). Entre as atividades a serem desempenhadas por estes estava a preparação de um plano de investigação que compreendesse todos os aspectos do grupo humano, assim como a construção de um grande “fichario” central em que se registrasse as investigações parciais (MARROQUIN, 1977, p. 25).

No V Congresso (1964) já começou a delinear-se o papel do Instituto Indigenista Interamericano em relação ao controle, compilação e difusão da informação produzida pelas sedes, devendo o Instituto elaborar um plano de trabalho a longo prazo para:

- a) Recompilação, difusão de material e informação fundamental sobre desenvolvimento das comunidades.
- b) Compilação e difusão dos enfoques que tenham tido êxito na solução dos problemas indígenas no campo do desenvolvimento da comunidade, mediante estudos.

O Instituto Indigenista Interamericano teria que organizar a troca de informações relativas à organização, métodos e resultados de cursos de treinamento para pessoal indigenista (MARROQUIN, 1977, p. 26).

Na Educação as bibliotecas foram consideradas um componente essencial para a formação de crianças e adultos, contribuindo para o ensino em língua nativa. Esta unidade é tomada como um “meio auxiliar” no processo de ensino-aprendizagem (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1968, p. 31).

A criação em cada país americano de um museu etnográfico especializado em cultura indígena com cinemateca e discoteca é indicado como uma necessidade para a conservação e difusão pelos meios audiovisuais do maior número possível de documentos relativos às culturas indígenas (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1972a, p. 19).

Ainda no âmbito da Educação formula-se a importância das pesquisas das músicas e culturas musicais na área indígena, que poderiam ajudar ao estabelecimento de uma teoria geral da música, recompilação desta informação, entre outros. Assim, os países membros do Instituto Indigenista Interamericano deveriam promover o levantamento e estudo sistemático das músicas e culturas musicais das suas populações indígenas. Sendo divulgados os resultados desses levantamentos e estudos (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1972b, p. 25).

Dentro de assuntos econômicos o conhecimento indígena é tido como um pilar para o desenvolvimento, pelo qual as atividades de pesquisa nessa área junto com as comunidades indígenas são chaves, pois estas fornecem informações valiosas sobre adaptação ao meio ambiente, uso de recursos naturais e conservação deles (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1972c, p. 32).

Dentro de problemas do desenvolvimento nacional menciona-se a importância dos arquivos para a pesquisa etnohistórica, sendo preciso estabelecer um procedimento fácil e efetivo para a recompilação e distribuição de informações sobre a pesquisa etnohistórica em andamento, assim como o resgate de documentação apropriada em arquivos da América e da Espanha, especialmente no Arquivo Geral das Índias.

A criação do Centro Interamericano de Informação e Documentação indigenista com sede no Instituto Indigenista Interamericano sendo o principal centro de difusão da informação, experiência e documentação em matéria indigenista, apoiando as pesquisas bibliográficas na área. (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1972d, p. 42).

Em 1985 é realizada a nona edição do Congresso Indigenista Interamericano. Neste evento aborda-se a cooperação mútua entre organizações indígenas. As organizações indígenas passam a ser vistas como entidades que têm um interesse de cooperação mútua que poderiam contribuir ao desenvolvimento integral das mesmas através da troca de experiências, tecnologias, modelos organizacionais e cooperação econômica e financeira (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1985, p. 18).

Em 1989, a partir do X Congresso Indigenista Interamericano, o novo indigenismo é identificado, bem como a necessidade de condições estimulantes para que continue o processo de reconhecimento da pluralidade e diversidade das culturas, tendo-se em conta também o conhecimento e práticas culturais dos povos índios (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1989).

A análise das resoluções dos congressos indigenistas interamericanos permitiu conhecer o valor e o papel dado à informação indígena. Desde o II Congresso percebe-se um interesse na recompilação das informações na temática e na proteção legal das criações nativas.

As línguas nativas foram reconhecidas, mas só no começo do ensino, porém as literaturas indígenas foram consideradas chave, por refletirem a cultura do povo, que

transmite o conteúdo do seu saber. Assim como base de apoio na educação indígena as bibliotecas já são mencionadas no II Congresso, porém não são indicados os tipos de bibliotecas que poderiam ajudar.

No Congresso de 1972 o impacto dos meios audiovisuais se reflete na recomendação do registro audiovisual das criações indígenas. Neste período o fator econômico começa a ser um fato, pois do ponto de vista do desenvolvimento se procurara “utilizar os conhecimentos de adaptação ao meio ambiente possuídos pelos grupos indígenas que habitam o seu território.” Alguns governos percebem o valor dos conhecimentos indígenas na sua interação com o meio ambiente, pelo qual nesta época começam a ser reconhecidos estes saberes desde um ponto de vista econômico.

Só em 1985 a partir do IX Congresso Indigenista Interamericano, começou a ser reconhecida a “vontade” de participação dos povos indígenas no indigenismo interamericano, mas esta participação ficaria nas pautas do Instituto Indigenista Interamericano.

No X Congresso Indigenista Interamericano se reconheceram as mudanças que aconteceram no Indigenismo e o papel dos movimentos indígenas. Neste período é quando os conhecimentos indígenas são reconhecidos como chaves para o desenvolvimento nacional.

Assim diversas recomendações foram feitas para que os governos,

apóiem por diversos meios, as ações de investigação e programas de capacitação nos campos da etnolinguística, antropologia, a etnohistória e outras áreas afins, que contribuam à recuperação e revalorização das diversas culturas [...] procurando por todos os meios que em tais investigações e nas ações de capacitação e formação de pessoal que de elas se derivem, se assegure a participação indígena (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1989, p. 35).

A consideração dos *mass mídia* para a difusão dos conhecimentos e demandas nativas são incentivadas para “propiciar o respeito e valorização da cultura e a adesão dos não indígenas à causa indígena” (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1989 p. 35).

As línguas nativas são de novo mencionadas, mas valorizadas através da criação de instituições nacionais “que se preocupem pelo resgate, fortalecimento e desenvolvimento

das línguas dos povos índios, contando com a capacidade e a experiência de profissionais indígenas” (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1989, p. 36).

O terceiro setor é considerado como uma forma de aliança, de prestar atenção a favor dos índios, procurando fazer um trabalho conjunto “para harmonizar seus esforços em benefício do desenvolvimento de tais povos.” (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1989, p. 36). A cooperação tem sido um aspecto relevante, não só das organizações de governo, ou entidades indígenas, mas de todas aquelas – terceiro setor, organismos multilaterais e sociedade civil – dedicadas ao estudo, pesquisa e trabalho indigenista.

No transcurso do tempo os congressos indigenistas considerados nesta parte foram contribuindo paulatinamente na solução das demandas informativas, sobretudo na forma de recuperação da informação indígena, desde a criação de entidades encarregadas da política indigenista nas diferentes nações, até a consideração do movimento indígena como uma instância chave na formação de um sistema interamericano indígena.

O trabalho mútuo e de apoio ao mesmo tempo, leva-nos ao chamado indigenismo interamericano, motivado pelas mesmas problemáticas que tentam resolver através destes acordos de troca de informações.

Algumas das resoluções têm sido levadas a cabo, mais há outras que requerem uma conscientização e mobilização das partes afetadas. Muitas das recomendações estão ainda no papel, pois falta um acordo entre os diversos interessados para uma real aprovação dos governos.

Não obstante, não sendo mencionada diretamente a implementação de um sistema tipo rede que vincule o universo de organizações, o que se pode deduzir na análise dos congressos é que há um interesse de compartilhamento na solução dos problemas indígenas entre as nações latino-americanas participantes destes eventos. Este se manifesta já minimamente desde os mesmos congressos indigenistas interamericanos, que com suas resoluções ditaram medidas, recomendações, soluções em geral para a questão indígena interamericana (PINTO, 2000, p. 82).

4 A TEMÁTICA INDÍGENA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação, como seu nome indica, tem como objeto principal de estudo a informação, suas características, propriedades e ciclo de produção, principalmente em relação ao ser humano, que é quem a cria e quem faz uso para satisfazer suas demandas de conhecimento e soluções de problemas.

Esta ciência tem um campo denominado estudo e educação de usuários, onde diferentes tipos de usuários são analisados. No entanto, os povos indígenas não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação. Uma de suas especialidades, a biblioteconomia, ou arquivologia, tiveram sempre um enfoque mais amplo, demonstrando ser uma ciência eurocêntrica que procurou estudar as necessidades de informação de setores hegemônicos.

Contudo, é possível indicar que os fenômenos sociais enfrentados por países do Norte, a exemplo das migrações, e, no caso da América Latina, o choque entre os povos nativos e a cultura ocidental, influíram para que a Ciência da Informação passasse a ter alguma consideração pelos chamados setores minoritários - *Minorities* ou *Ethnic groups* -, onde se incluíam desde setores migrantes, categorias religiosa minoritárias, até os povos nativos.

Os povos indígenas – *indigenous people* – constituem-se numa categoria considerada desde a década de 1960. Incluem outras subcategorias étnicas como *american indians*, *australian aborigines*, *maoris*, *sami peoles* e *torres strait islanders*. Esta classificação é usada na base de dados Library and Information Science (LISA), base internacional com um forte foco na produção dos países de Norte, como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Um levantamento bibliográfico realizado nessa base de dados para ver desde quando começou o interesse na temática indígena, com foco no assunto de políticas indígenas ou indigenismo, se considerou importante para ver a preocupação que tiveram os governos com as suas políticas de informação referente às populações indígenas, ademais de ver o interesse dos autores da área em pesquisar o tema.

No entanto, o referido levantamento, considerando as populações nativas e suas subclassificações, teve como resultado uma escassez de artigos sobre o tema. Foram encontrados apenas 234 artigos, que começaram a serem produzidos, como se indicou, na

década dos 1960. Além disso, só uma parte do recuperado na base LISA é sobre o tema políticas de informação (bibliotecas indígenas, arquivos indígenas etc.). A seguir, foi realizada uma seleção por ordem cronológica dos artigos que tratam do tema.

- Décadas de 1960 e 1970

Estas décadas se caracterizam pela criação de serviços de informação para indígenas dentro da biblioteca pública. Foram recuperados dois artigos com esse tipo de abordagem: um de autoria de Adamson (1969), intitulado *Public library service to the Indians of Canada*, publicado na revista *Canadian Library Journal* e outro de Rigel (1970), tendo como título *Library services to the Sioux*, publicado na revista *Catholic Library World*. Talvez pelas influências do pensamento multicultural, durante esta década foram publicados alguns artigos, como o de Gadd (1976), *Making the library multicultural*, publicado na revista *New Zeland Libraries*, indicando que pouca atenção tem sido dada pelos bibliotecários para fornecer outras fontes de informação, além das impressas, para as comunidades nativas.

O treinamento de pessoal selecionado para trabalhar em unidades indígenas constitui uma das principais inovações da década de 1970. Hall (1977) na revista *Wilson Library Bulletin*, relata em seu artigo *A library training program for Native Americans*, o projeto da Universidade de Oklahoma, que foi apoiado pelo Departamento de Educação e Biblioteca e financiado pela Oficina dos Estados Unidos de Recursos de Aprendizado e Bibliotecas. Este é considerado o único curso em Biblioteconomia de índios americanos e compreende seis semanas de estudo, incluindo temas como: seleção, classificação, catalogação e circulação de materiais de bibliotecas; seleção, cuidado e uso de materiais audiovisuais; uma semana de estágio em um centro tribal aplicando o aprendido; além de outros temas.

A aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) já começa a ser um fato neste período, como o relatam McKinley e Self (1979), num estudo para determinar a probabilidade de usar o Computer-based Synagraphic Mapping Program (SYMAP) e um pacote estatístico de Ciências Sociais, o Statistical Package for the Social Sciences, (SPSS) para a Nação Tribal *Creek* poder programar e planejar programas sociais e educacionais dentro dos limites geográficos da sua área tribal.

- Década de 1980

Durante este período acontece a criação de outros tipos de unidades de informação ligadas ao estado, como as bibliotecas móveis, para atender as populações nativas em lugares distantes (LAURSEN, 1989), a implementação de bibliotecas rurais (HOLLARAN, 1990), e inclusive iniciativas dos próprios indígenas de criar seus centros de documentação (BOULANGER, 1987). Contudo, continuam a ser realizadas pesquisas no tema das seções para minorias, com recomendações (HEYSER; SMITH, 1980; HUNSDAL, 1981). Além disso, pesquisas mais amplas como a de Akhtar (1984), *Meeting ethnic minorities needs*, explicam como as bibliotecas públicas, através de uma cuidadosa seleção, classificação e organização, podem atender às minorias étnicas de uma comunidade.

D'urso (1981) explora o aspecto tecnológico relatando a instalação de um sistema de microcomputadores (dois microcomputadores *Apple*) na Biblioteca Pública de Chicago, no Centro de Referência para os nativos americanos.

Relatos de experiências e sugestões para os bibliotecários que trabalham em comunidades com população indígena constituem fatos destacados para quem enfrenta esta situação. Por exemplo, medidas para atrair a comunidade local multicultural com sinais multilíngues, coleções de livros multiculturais, jornais locais especializados etc. (MURPHY 1981, 1986). As descrições de experiências têm permitido conhecer as medidas que se poderiam tomar, como é este relato da divisão da Biblioteca Pública de Nova Zelândia, criada no *Cannons Cree*. (MURPHY, 1981).

- Década de 1990

Durantes esta década acontece o desenvolvimento mais amplo e aprofundado dos temas anteriores. Novas pesquisas descrevem eventos ocorridos em bibliotecas indígenas (ou tribais). Novas unidades são descritas, como os arquivos indígenas. Os governos começam a dar mais destaque e consideração a estas unidades, com recomendações, geralmente pedindo que se amplie o espectro das unidades de informação indígena. Novas etnias, como os *maoris* e *kooris* da Austrália e os índios de Louisiana começam a ser

consideradas por seu direito a ter serviços de informação (MANSOURIAN, 1993; WERNET, 1994).

Diversos encontros como conferências, seminários e congressos, se intensificam nesse período, onde serviços bibliotecários para indígenas são analisados e ganham sugestões de melhorias. Assim, continuando na temática de bibliotecas especializadas, isto é, bibliotecas indígenas, Langelanda (1995), em seu artigo *Sami: a library policy challenge*, publicado na Revista *Scandinavian Public Library Quarterly*, descreve as recentes tentativas da Noruega no reconhecimento de direitos dos *Sami*, principal etnia da região escandinava, e alguns apoios práticos na sua cultura e idioma. Apresenta o Parlamento *Sami* criado em 1989 e seu trabalho com o Norwegian Directorate for Public Libraries na revisão do serviço de bibliotecas para eles. Nota os obstáculos para fornecer serviços bibliotecários para este segmento, os quais vivem espalhados em áreas com dificuldades de acesso a livros, especialmente em seu idioma, e a necessidade de uma ativa promoção destes serviços.

Os arquivos representam outro tipo de unidade de informação que recentemente passou a considerar a temática indígena. Koch (1995) explica como os arquivos e bibliotecas australianos têm examinado suas atitudes, leis e políticas relacionadas aos povos indígenas desde o bicentenário de 1988. Assim ele relata sua experiência de trabalho nos arquivos de som do Instituto Australiano para o estudo dos aborígenes e *Islinhos Torres Strait Islander*, enfrentando atividades como a avaliação da sua coleção, a situação do copyright e o fornecimento de acesso a estas coleções.

O trabalho em equipe entre povos indígenas e as bibliotecas é descrito por Risler (1996), apresentando o projeto *Australian Indigenous Resources Project (AIR)* – Projeto de Recursos de Indígenas Australiano –, uma ampla iniciativa da Biblioteca do Território *Northern*, em Darwin, com o apoio de organizações indígenas. Este consiste na criação de uma base de dados identificando as organizações na Austrália que têm recursos sobre aborígenes *Torres Strait Islander*.

Por outro lado algumas bibliotecas governamentais do Estado têm assumido o assunto. A equipe da Biblioteca Estadual de New South Wales tem desenvolvido programas externos para assistir os indígenas australianos no acesso a materiais sobre eles. O grupo de trabalho *2 Kaori*, nomeado em 1991, contribuiu para o desenvolvimento de uma coleção que

liga indivíduos e instituições para assegurar que manuscritos, material pictórico e de arquivo sejam adquiridos (JACKSON; BRIGGS, 1997).

Outra demonstração de interesse em nível governamental aconteceu em 1992, nos Estados Unidos, quando Pelzman apresenta o *National support for Native American libraries: the NCLIS commitment* e seu informe sobre as atividades encabeçadas pela *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS) sobre o atual estado do serviço de bibliotecas para índios americanos.

O grau de especialização das bibliotecas indígenas é apresentado por Taylor (1992) no artigo *Profiles: four Native American libraries*. Ele descreve quatro bibliotecas tribais dos índios americanos de diversas áreas geográficas com uma variedade de modelos funcionais e administrativos: Biblioteca /Arquivos Públicos das Tribos do Rio Colorado, Biblioteca Pública da Reserva *Fort Berthold*, Biblioteca tribal *Nisqually* e o Sistema de Bibliotecas da Nação Navajo.

Como se mencionou, as conferências são um tipo de encontro onde a temática indígena começou a ser tratada, como foi o caso da *Conferencia Towards Federation 2001: linking australians with their heritage*, em Camberra, no ano 1992, indicou diversas recomendações no tema: o controle e estratégias indígenas sobre material bibliotecário, assuntos de *copyright*, restrições e apropriados métodos de consulta aos indígenas. Destacou-se a necessidade de realização de seminários e outros tipos de encontros, antes de qualquer ação coordenada nacional (McIVER, 1993).

Por outro lado, Metoyer-Duran (1992) relata a Conferencia Governamental da Casa Branca dos Estados Unidos, sobre Biblioteconomia e Informação: *Services: Information 2000 – Library and Information Services*. Foram feitas 95 recomendações e petições, a maioria destas relativas ao melhoramento dos serviços de informação para comunidades nativas americanas, especialmente apontando as necessidades diversas e sua alfabetização.

Iniciativas dos próprios indígenas com a criação de institutos é algo escasso, mas constitui uma opção para fazer frente às políticas indigenistas governamentais. É o caso da criação do Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies, que também desenvolve uma política de informação em estreito contato com essa população nativa (HOSKING, 1993).

No âmbito do ensino, são criados e controlados pelos mesmos índios americanos os *tribal colleges*, localizados principalmente nas reservas. Apesar da sua trajetória no âmbito da educação indígena, os *colleges* possuem fundos escassos e dependem de apoio externo. No informe *Native American Colleges: Progress and Prospects* diversas recomendações foram feitas: um chamado aos fundos federais para obter recursos, necessidade de conexões entre os *tribal colleges* e instituições de educação superior não indígenas, e a expansão do uso da tecnologia do aprendizado à distância (KAYA, 1998).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) começam a ser mais utilizadas pelos indígenas neste período, sobretudo as telecomunicações, que têm o potencial de reforçar e construir pontes entre as culturas (ROY; GOINES, 1994). É o caso da Escola Indígena Lodge Grass, localizada na Reserva Crow, onde o acesso à tecnologia lhe permitiu o acesso a outros locais. O *hardware* e *software* recebidos incluíram: um computador pessoal IBM, uma impressora, um *modem*, *software* e subscrição a duas redes eletrônicas, a NEA *People Sharing Information Network* e a Rede de Aprendizado American Telephone and Telegraph (atANDt) etc. (GALE, 1995). No caso das telecomunicações, a teleconferência acontece em algumas comunidades indígenas, como nos *maori* através do tele-aprendizado, e seu projeto piloto do *Ngata Memorail College*, Ruatoria, usando uma teleconferência audiográfica que liga três locais através do e-mail fornecendo acesso a *bulletin board* (RAJASINGHAM, 1995).

Nesta década se fez uma revisão do que se levantou sobre a temática multicultural, reconhecendo-se que a Austrália foi a pioneira no desenvolvimento de pautas para serviços bibliotecários multiculturais no começo dos anos 1980. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA) produziu a publicação *Multicultural communities: guidelines for library service* em 1987, que foi revisada em 1998 (FUKAI, 1999).

- Século XXI

O amplo desenvolvimento e uso das TICs na criação de sites sobre e por indígenas, redes de informação indígena, bibliotecas virtuais indígenas etc., além de certa participação privada, no apoio a unidades de informação indígenas são os aspectos mais destacados

deste século. Contudo, existem outros acontecimentos importantes, como a especialização no tema das unidades de ensino e de informação indígena (*tribal college libraries*).

Artigos discutem diversas unidades não tradicionais, como os arquivos tribais. Um recurso essencial para a documentação da história cultural. Assim, Patterson (2002) faz uma análise das bibliotecas existentes em 300 tribos da região do Alaska e da América no último quartel do século passado. O texto estuda a origem dos orçamentos para estas bibliotecas de reservas e as iniciativas governamentais, e os confronta com assuntos como a propriedade intelectual, um assunto de muito interesse para os povos indígenas.

Breu (2003) no artigo *Band and tribal libraries*, faz uma comparação das bibliotecas indígenas com as bibliotecas públicas, suas diferenças, questionando se é possível um trabalho conjunto, ou se estas unidades devem adaptar-se elas mesmas para atender as necessidades dos povos indígenas.

Diversas entidades começam a dar mais importância neste período a informação indígena. É o caso das universidades e museus com seus diversos departamentos especializados e seu trabalho em equipe com os povos indígenas. Centros de conhecimento indígena são criados como um meio de apoiar e difundir a informação para estas comunidades, iniciativas, em geral, de bibliotecas públicas, como é o caso do Serviço de Informação e Biblioteca do *Northern Territory*, que está apoiando o desenvolvimento desse tipo de centro como um meio de reconhecer a importância do conhecimento cultural indígena e fornecer às comunidades serviços de informação baseados localmente (BEALE, 2003).

Além disso, o conhecimento indígena começa a ser considerado e estudado em diversos encontros internacionais, como é o caso do International Indigenous Librarians' Forum: *toi te kepu, toi te mana, to te whenua - affirming the knowledge and values of indigenous peoples in the age of information*, auspiciado pela Universidade de Auckland em 1999 e o encontro Australian Universities International Alumni Convention, em Kuching, Sarawak, Malásia 2000.

Nesses encontros, o conhecimento tradicional dos indígenas foi o ponto central, qualificado com um valor incalculável, contribuindo à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Destacou-se como esse conhecimento está sendo afetado pelas culturas globais e a pela urbanização, levando a uma perda dos idiomas nativos. Sublinhou como os

indígenas, bibliotecas e outras agências, usando as tecnologias de informação, poderiam ajudar a preservar e promover este conhecimento tradicional.

Relacionados com o conhecimento indígena, são os direitos de propriedade intelectual. Sullivan (2002) trata este assunto no contexto das bibliotecas digitais indígenas, onde idealmente os indígenas poderiam controlar os direitos de administração de sua propriedade cultural intelectual. Protocolos culturais locais deveriam ser, segundo o autor, documentados, devendo considerar a autorização por parte das comunidades na publicação digital. Dessa forma, os líderes indígenas teriam um papel chave nas pautas a seguir, devendo assim unir-se para fazer um plano do caminho a seguir.

Com os avanços tecnológicos, os programas de alfabetização informacional começam acontecer nesta década. Nesse sentido Doehler (2003) relata a experiência do programa *Alphaplus*, um serviço especial de alfabetização de adultos da biblioteca para as *First Nations* de Ontário, Canadá. O Centro Alphaplus fornece material de alfabetização e apoio em Web, não só incluindo os povos nativos, mas também parte do povo francófono e anglófono.

As parcerias continuam sendo uma forma de trabalho, como indica Roy (2000) em seu artigo *To support and model Native American library services*, que relata a união entre a *American Indian Library Association* e a *Agency Federal*, do *Institute of Museum and Library Services*, para a promoção de serviços bibliotecários para índios americanos com duas iniciativas: uma de aprendizado e outra de leitura, um projeto nacional de apoio ao desenvolvimento de ambientes de aprendizado para jovens nativos em áreas rurais e um projeto de alfabetização baseado na comunidade indígena chamado *If I Can Read, I Can Do Anything*. Nicolas (2004) indica outra parceria que começou em 1998 entre a Biblioteca Nacional de Nova Zelândia e a comunidade *maori*.

Medidas de reparação para os povos indígenas, considerando a informação e as TICS são um aspecto chave, o qual é relatado por McCann e colaboradores (2000) no artigo *Reconciliation on-line: reflections and possibilities*. Desde o começo deste projeto, *Reconciliation and Social Justice Project*, em 1996, o Australasian Legal Information Institute (*AustLII*) tentou contribuir ao processo de reconciliação através do fornecimento de informação legal/cultural relevante sobre os povos indígenas australianos. Componentes chaves do projeto foram: coletar material e fazê-lo disponível e conectar as comunidades remotas aborígenes na Internet, incluindo treinamento.

São poucas as bibliotecas nacionais que têm assumido o papel de resguardar, organizar e difundir informação dos povos nativos. Roberts (2001), em seu artigo *Preserving Maori documentary heritage in New Zealand*, relata um destes poucos casos. A Biblioteca Nacional da Nova Zelândia é responsável pela coleção e preservação da herança documental nacional e está obrigada por lei a considerar as necessidades informativas dos *maoris*, os principais indígenas da nação, representando 50% da população total. No texto, descreve-se que a Biblioteca está trabalhando em parceria com as comunidades *maoris*, para a preservação do seu material informativo-cultural. Contudo, várias tribos *maoris* preferem o conceito de “cuidado” de suas próprias coleções. Isto é, eles assumirem o controle, registro e difusão de suas próprias informações, antes que doá-las ou depositá-las em uma instituição nacional ou local, o que tem levado à discussão da noção de centros culturais tribais.

Os sistemas de bibliotecas, uma forma organizativa das bibliotecas públicas, têm permitido a expansão dos seus serviços de informação para áreas rurais que incluem reservas, mas têm enfrentado diversas dificuldades. De acordo Joseph e Lawson (2003) é preciso identificar essas barreiras e reconhecer que algumas bibliotecas estão lutando para solucioná-las. Por exemplo, os povos indígenas da *First Nations* já obtiveram certo acesso equitativo à biblioteca. Os autores assinalam que há que ter sempre presente que estes povos possuem necessidades específicas de informação, as que não são compartilhadas pelo resto da província. Algumas destas necessidades estão relacionadas à história, ao idioma, à organização político-administrativa, necessária para resolver problemas sobre seu autogoverno, de infraestrutura social (educação, bem-estar de crianças e serviços de saúde) e necessidades legais, mais especializadas relativas ao *Indian Act*.

Políticas governamentais de avaliação das bibliotecas públicas e arquivos estão entre as medidas mais recentes, como é o caso do governo do Canadá. Pelletier (2003) descreve o trabalho do coordenador do *Aboriginal Resources and services Program*, indicado pela Biblioteca Nacional do Canadá para fazer uma revisão interna das políticas e serviços da coleção, em consulta com as comunidades aborígenes. O papel do Coordenador consiste em promover e facilitar o acesso aos recursos aborígenes no Canadá, trabalhando através das “transformadas” Biblioteca e Arquivos do Canadá, em parceria com as comunidades indígenas, organizações e centros de recursos de idiomas/cultural.

A situação anterior demonstra o interesse que alguns governos têm tido com os povos indígenas. O governo de Ontário, no Canadá, é um caso que se destaca, pois através do Ministério de Cultura tem apoiado o estabelecimento de bibliotecas públicas nas comunidades aborígenes *First Nations*. Assim se desenvolveu um programa para conceder fundos nesta área e um serviço de assessoria bibliotecária. Por conseguinte, em parte as *First Nations* estão criando uma voz nas bibliotecas públicas de Ontário e envolvendo-se mais na diversidade das bibliotecas da comunidade (LAWLOR, 2003).

Os arquivos, um tipo de unidade pouco desenvolvida, são analisados neste período por Alonzo e Roy (2003) no artigo *Perspectives on Tribal archives*. Segundo eles, estas unidades têm demonstrado ser um recurso essencial para a documentação da história cultural indígena. Além disso, estas unidades estão aumentando e incentivando novas iniciativas para o treinamento e colaboração entre as tribos que têm arquivos. Os recursos são muito importantes, assim estas entidades se mobilizam para obtê-los através do *Institute Museum and Library Services (IMSL)*, do *National Park Service* etc.

O uso das TICs na esfera ambiental das regiões nativas, assim como na sua saúde, é um papel mais assumido em geral pelas universidades. Face e Hollens (2004) apresentam a biblioteca digital ecológica da bioregião *Siskiyou-Klamath-Cascada* dos Estados Unidos, incluindo publicações de diferentes departamentos do Governo. Descreve-se o trabalho feito para construir esta coleção digital, incluindo a colaboração com agências de governo e os esforços seguidos para o desenvolvimento de uma coleção de literatura especializada. O foco do trabalho foi o desenvolvimento das coleções das *First Nations*, o qual compreendeu 500 textos digitais relativos aos povos indígenas das regiões *Cascade-Siskiyou-Klamath* e do noroeste da Califórnia incluindo os *Alesea, Coos, Coquille, Hupa*, dentre outras nações indígenas etc.

Abordando o respeito à saúde indígena, Rieke (2005) relata que os nativos americanos experimentam problemas significativos de saúde. Assim, a equipe da Biblioteca de Ciências da Saúde da Universidade de North Dakota, em parceria com cinco bibliotecários tribais dos *colleges* de North de Dakota, fizeram um programa denominado *Acess to Electronic Health Information for Public*. Este foi desenhado para ser usado nas bibliotecas dos *colleges* tribais pelos nativos de North Dakota como um meio de acesso à informação sobre saúde pela Internet. Se perseguiram objetivos de treinamento, desenvolvimento do

Web site, o acesso a bases de dados de saúde em texto completo e acesso a estações de trabalho para as bibliotecas participantes.

Durante o ano 2000, a pesquisa no campo indígena se ampliou. A atuação do governo foi algo que se reforçou e cresceu através das bibliotecas públicas, da criação de comissões e da realização de encontros ou congressos internacionais. As universidades também desenvolveram pesquisas no campo, tentando contribuir para a solução dos problemas informativos indígenas; o setor privado também contribuiu, mas de forma escassa. As bibliotecas tribais foram outro tipo de unidade, muito mais especializada. Enfim, o amplo desenvolvimento das TICS permitiram uma comunicação, conexão, compartilhamento e criação de conteúdos indígenas virtuais em rede com uma participação governamental através de bibliotecas públicas, universidades, prefeituras e a incorporação dos povos indígenas, já acontecendo na década de 1990. Assim, o campo indígena na Ciência da Informação tem sido reforçado, ampliado e especializado, em constante diálogo entre os diversos atores interessados na temática (indígenas, governos, sociedade civil etc.).

4.1 Relatos de experiências de sistemas de informação/bibliotecas no apoio a indígenas nas suas necessidades e difusão de suas informações

São poucas as experiências de instituições em nível mundial que assumiram a temática indígena, seja tratando o tema ou fornecendo serviços/produtos de informação para este segmento da sociedade.

No atual contexto internacional de debate sobre a identidade/diversidade cultural, ressurgem temas como multiculturalismo, ações afirmativas etc. e, por consequência, as seguintes perguntas: de que forma os bibliotecários ou outros profissionais de informação promovem a diversidade cultural dos povos indígenas, nos novos contextos tecnológicos globalizados? Como as tradições dos índios americanos ou outras etnias e os avanços tecnológicos se unem?

Alguns relatos foram destacados, tendo como partícipes bibliotecários, os quais consideraram os povos indígenas como um aspecto essencial de sua missão profissional.

Na Califórnia, Estados Unidos existe, desde 1991, a rede Califórnia Indian Subject Specialist (CIIS) apoiada por uma universidade, integrada por bibliotecários públicos, de

universidades e especialistas da Califórnia, tendo como foco os recursos informativos sobre os índios desta região. Segundo Teixeira (1994) há pouco conhecimento sobre os impactos das TICs sobre a cultura humana em geral. Assim, surgem, de acordo com sua visão, as seguintes questões: de que forma as redes de informação enriquecem a esfera das humanidades, a vida real? De que forma contribuem às culturas indígenas? Para ela a resposta pode estar na comunidade que se criaria, além das redes. Esta comunidade forneceria a base da informação/conhecimento. As comunicações mediadas por computador baseada em rede, são uma poderosa ferramenta potencial para o diálogo, ampliando a comunicação e as comunidades. Assim, comunicação seria comunidade (PECK, 1994 apud TEIXEIRA, 1994).

Segundo Teixeira (1994) os bibliotecários e os nativos americanos estão em relação pela magia da comunidade. Eles compartilham uma herança comum como facilitadores e construtores de comunidade.

A comunidade indígena da Califórnia, tem se constituído pela tradição de uma interdependência, existindo uma luta por mantê-la e reconstruí-la. Hoje as formas de construir uma comunidade podem ser encontradas nas celebrações coletivas, nas conferências, nos congressos, nos encontros intertribais etc.

Apesar das bibliotecas serem criações ocidentais, seriam também locais de soberania e autodeterminação, de enriquecimento da comunidade, incluindo conhecimento para e sobre a cultura indígena. Portanto as bibliotecas e bibliotecários e a rede CISS têm facilitado este processo.

Apesar de esta rede ter se originado procurando dar respostas às necessidades de informação de estudiosos e comunidades de pesquisadores, logo se ampliou incluindo o depósito de recursos informativos em bibliotecas públicas que poderiam servir também à comunidade indígena da Califórnia.

Desde 1991 o CISS tem contribuído ao sentido de comunidade, realizando diferentes atividades como: *"Sharing Traditions: New Avenue for California Indian Recourse Access"*, um ciclo de extensão informativo cultural, uma atividade de extensão rural, além de outras atividades como uma Conferência sobre os índios Costanoan/Ohlane. Teixeira (1994) indica que a celebração das tradições nativas pode acontecer nas bibliotecas, assim o demonstra a criação do *Californias Indians Library Collection* (CILCS) distribuído em 20 bibliotecas públicas

na região norte da Califórnia. Ela destaca que o CILCs tem sido bem recebido pelas comunidades indígenas.

O desejo dos povos indígenas da Califórnia de manter suas tradições culturais, reconstruindo a sua comunidade baseada em uma herança viva, mas fundamentada no conhecimento passado, incorporando o uso de ferramentas contemporâneas da revolução das telecomunicações, fica demonstrado num grupo de indígenas, como é o caso da rede Costnoors Indians Research Incorporated (CIRI) a qual está localizada no Rancho de *Indians Canyon*. O CIRI trabalha sobre a base de tradições e construção de comunidade, procurando abrir as linhas de comunicação entre estes povos sobre assuntos comuns – direitos de terra, soberania etc. (TEIXEIRA, 1994).

Existe outro caso destacado, acontecido em uma biblioteca pública que procura o fornecimento de serviços e materiais informativos para aborígenes, desde 1987 na Austrália. Dentre as primeiras medidas tomadas pela Biblioteca e Serviço de Informação da região norte da Austrália estiveram: constituir uma equipe nativa, revisão das políticas de desenvolvimento de coleções, uma vinculação com organizações regionais aborígenes e a criação de uma Galeria chamada *Plains Moree*. (BRIGGS-SMITH, 1997). Esta Biblioteca tem os seguintes objetivos: ensinar à sua equipe de trabalho pessoal indígena que reflitam e interpretem as necessidades de informação deste segmento da comunidade local; a criação de uma subárea da Biblioteca em *Walgett*, com uma coleção especial, mas depois de consultar à comunidade; indicar um assistente da biblioteca indígena para estabelecer a comunicação e o contato com a comunidade local, e; estimular os povos a usarem os recursos disponíveis para eles na biblioteca.

Briggs-Smith (1997) teve a experiência de viver por algum tempo numa comunidade indígena, possibilitando segundo ela um maior conhecimento da comunidade e de sua história. As atividades se centraram em motivar o uso dos recursos da biblioteca através da recuperação e difusão da própria história familiar dos indígenas, constituindo um importante meio de promoção dos serviços bibliotecários indígenas para esta comunidade.

O trabalho em rede é outro fato destacado, como o relata Coombs (1994) responsável pela a coordenação da seção de seleção de recursos e consultas de 230 bibliotecas públicas no Oeste da Austrália. Como consultora de necessidades especiais, a autora tem a função de assistir às bibliotecas públicas nos serviços aos povos com

necessidades especiais, problemas de alfabetização e serviços multiculturais, incluindo os povos indígenas.

Segundo Coobs (1994) assuntos multiculturais e indígenas têm sido o foco principal das iniciativas atuais do Governo. Isso reforçou as atividades do Special Needs at the Library and Information Service of Western Austrália (LISWA).

Finalmente, cabe mencionar o papel que deveriam assumir os profissionais de informação, sua responsabilidade para assegurar que indivíduos membros de minorias lingüísticas possam também acessar e usar informação impressa e eletrônica, nos seus idiomas (FASICK, 1998).

Fasick (1998) relata o caso de dois grupos indígenas, que enfrentam o problema de sobreviver em seu idioma e cultura no mundo atual. Um destes são os *Inuit* que habitam o Canadá, Groenlândia e Rússia. No Canadá a política governamental consistiu em instruí-los para serem membros da comunidade toda. Existe uma difusão da sua língua até os cinco anos, mas depois o inglês se impõe. Ademais, há uma escassez de livros no idioma *inuktitut*, entretanto existem vários métodos de escrever na mesma linguagem.

Na Rússia os povos indígenas *Yakutsk*, formam uma língua oficial, contudo existem outras. Desde o período comunista diversas medidas foram tomadas, como a criação de bibliotecas e serviços de tradução para estas línguas, porém desde o fim deste regime, os povos indígenas ficaram sem o apoio oficial de antes.

5 CONCLUSÕES

O indigenismo apresentou-me a questão indígena com uma variedade de perspectivas sobre o “significado” do ser índio, uma reflexão que foi levada a cabo por diversos personagens do âmbito religioso, político, cultural, militar, dentre outros. O interesse pelo assunto indígena, que segundo autores começou no contato inicial entre conquistadores e povos nativos, só teve sua “formalização” desde que começaram a surgir as diversas correntes do indigenismo (educacional, religioso, militar, desenvolvimentista). Esta situação levou a ser um pensamento paradoxal, pois por um lado alguns procuravam o “trato humano”, outros tinham o intuito da sua assimilação, integração e inclusive

eliminação. Somente em fins do século XX essa situação vai começar a mudar, com o surgimento do movimento indígena, que começa a questionar as políticas governamentais indigenistas, que quase os levou ao desaparecimento.

Com relação à Ciência de Informação no que se tem produzido nesse campo sobre políticas de informação orientadas para os indígenas, em nível macro não se viu um interesse amplo, desde o começo. Somente a partir da década de 1970 começou a se produzir algo, talvez por influência do multiculturalismo dos países do Norte. A criação de serviços ou setores de informação – bibliotecas públicas com setores para indígenas, arquivos indígenas, bibliotecas tribais etc. – só veio acontecer com maior intensidade na década de 1990 e começo do novo século.

Os resultados desta pesquisa possibilitam concluir que os governos em nível de ministérios e prefeituras, tiveram alguma influência na criação de seções indígenas em diferentes tipos de bibliotecas. Porém, o papel chave aqui foi dos profissionais de informação, como bibliotecários, os quais começaram a perceber a falta de serviços/produtos de informação para segmentos minoritários da comunidade. Isto foi mais patente nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas universitárias, com uma maior heterogeneidade de usuários.

Assim as universidades também ouviram as demandas indígenas, vários artigos apresentaram um papel destacado destas instituições, fazendo parcerias com museus e inclusive comunidades indígenas, para criarem serviços/produtos de informação.

Nos anos 1990, período em que se teve um amplo desenvolvimento das TICs e a hegemonia de uma economia neoliberal, foi possível perceber, através de alguns artigos localizados que instituições ou fundações privadas começaram apoiar programas de inclusão digital de indígenas e parcerias foram criadas entre entidades educativas e empresas de computação.

O apoio tecnológico como se poderia ter esperado em países do norte, não foi algo destacado, o foco tem sido até agora o desenvolvimento de serviços bibliotecários, melhorar as coleções, um atendimento especializado, porém, é uma demanda que os povos indígenas estão começando a fazer e organizando-se para isso.

Constituiu uma alerta ver só um artigo tratar o tema para toda a América Latina, tendo um passado tão rico na temática indígena com seu indigenismo, que inclusive chegou

a ser exemplo a seguir por países como os Estados Unidos. Os pesquisadores latino-americanos não têm dado a atenção, talvez a importância a este segmento da sociedade que sempre necessitou informações mas não teve o espaço de expressão.

Na análise de algumas resoluções dos congressos indigenistas interamericanos se observou desde o começo o papel dado à informação sobre os povos indígenas, mas com um forte enfoque sobre o que foi produzido por especialistas não indígenas em maioria. Não obstante, foi uma surpresa ver que esta informação tinha como objetivo conhecer, melhorar e valorar os conhecimentos indígenas. O Instituto Indigenista Interamericano com suas sedes em diferentes países da América Latina perseguiu fazer um trabalho em conjunto, um sistema, que visou à criação de um Sistema de Informação Indigenista Interamericano, motivando a recompilação, a criação de unidades (como museus) para recuperar, organizar e difundir os povos indígenas de cada nação.

Finalmente o estudo de alguns autores que escreveram e praticaram o indigenismo, foi de grande relevância por apresentar que estes pensamentos estão em constante transformação, e nisso têm tido um papel destacado alguns antropólogos e indígenas que tiveram uma postura crítica e desafiante.

Agradecimentos a Capes, agência que tem apoiado a minha pesquisa bibliográfica e de campo sobre indígenas e TICs.

Artigo submetido em 20/04/2009 e aceito para publicação em 06/07/2009.

REFERÊNCIAS

ADAMSON, E. Public library service to the indians of Canada. **Canadian Library Journal**, v. 26 n. 1, p. 48-53, Jan./Feb. 1969.

AGUIRRE BELTRAN, G. **Política indigenista en América Latina**. México: Universidad Veracruzana, [196-?].

AKHTAR, P. Meeting ethnic minorities needs. **Assistant Librarian**, oct. 1984.

ALONZO, D.; ROY, L. Perspectives on tribal archives. **Electronic Library**, v. 21, n. 5, p. 422-427, 2003.

BARTOLOME, M.; ROBINSON, S. Indigenismo, dialéctica e consciência étnica. In: JUNQUEIRA, C., CARVALHO, E. (Org.). **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 107-114.

BEALE, A. Northern territory: library services to indigenous people. **Australian Academic and Research Libraries**, v. 34, n. 4, p. 288-291, Dec. 2003.

BREU, R. D. Band and tribal libraries: what mainstream public libraries can learn from them. **Felicitier**, v. 49, n. 5, p. 254-257, 2003.

BOULANGER, A. The Documentation Centre of the Quebec Grand Council of Crees. **Documentation et Bibliothèques**, v. 33, n. 4, p. 127-129, Oct./Dec. 1987.

BRIGGS-SMITH, N. Promoting library services for aboriginals. **Link-Up**, p. 3-6, mar. 1997.

COMAS, J. El Instituto Indigenista Interamericano: ojeada retrospectiva. **América Indígena**, v. 25 n. 4, p. 353-363, oct. 1965.

COOMBS, Y. LISWA and 'special needs'. **Link-up**. p. 26-28, june. 1994.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 6., 1968, Patzcuaro. **Recomendação n. 18**. Patzcuaro: Instituto Indigenista Interamericano, 1968.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7., 1972, Brasília. **Recomendação n. 6**. Brasília: Instituto Indigenista Interamericano, 1972a, 50 p.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7., 1972, Brasília. **Recomendação n. 13**. Brasília: Instituto Indigenista Interamericano, 1972b, 50 p.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7., 1972, Brasília. **Recomendação n. 18**. Brasília: Instituto Indigenista Interamericano, 1972c, 50 p.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7., 1972, Brasília. **Recomendação n. 29**. Brasília: Instituto Indigenista Interamericano, 1972d, 50 p.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 9., 1985, Santa Fé. **Resolução n. 5**. Santa Fé: Instituto Indigenista Interamericano, 1985. 70 p.

CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 10., 1989, San Martin de los Andes. **Acta final...** San Martin de los Andes: Instituto Indigenista Interamericano, 1989. 49 p.

DOEHLER, F. Adult literacy resources for First Nations literacy programs in Ontario. **Felicitier**. v. 49, n. 5, p. 250-252, 2003.

D'URSO, L. A. The application of microcomputers to new landR files: a beginner's experience. **RQ**, v. 21, n. 2, p. 143-146, 1981.

FACE, M.; HOLLENS, D. A digital library to serve a region: the bioregion and First Nations collections of the Southern Oregon digital archives. **Reference & User Services Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 116-121, winter. 2004.

FASICK, A. M. What will Ludov read? Cultural minorities and information. **Cape Libr**, p. 8-11, Mar./Apr. 1998.

FAVRE, H. **El indigenismo**. México: FCE, 1998. p. 7-35.

FUKAI, Y. IFLA guidelines for multicultural library services: an overview 1980-1998. **Toshokan-kai. The Library World**, v. 51, n. 3, p. 156-61, Sep. 1999.

GADD, B. Making the library multicultural. **New Zealand Libraries**, v. 39, n. 3, p. 118-122, June. 1976.

GALE, V. Plains speaking: crow students go online to meet the world. **School Library Journal**, v. 41, n. 1, p. 28-31, Jan. 1995.

HALL, D. A library training program for native americans. **Wilson Library Bulletin**, v. 51, n. 9, p. 751-754, May. 1977.

HEYSER, R.; SMITH, L. Public library services to native americans in Canada and the continental United States. **Library Trends**, v. 29, n. 2, p. 353-368, 1980.

HOLLARAN, S. Rural public library service to native Americans. **Rural Libraries**, v. 10, n. 1, 1990.

HOSKING, D. Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies. **IASA Journal**, n.1, p. 23-25, May.1993.

HUNSDAL, C. Sami library service. **Revista Scandinavian Public Library Quaterly**, v. 14, n. 1, p. 3-5, 1981.

JACKSON, M.; BRIGGS, R. Services to the Aboriginal people and communities in New South Wales. **Link-up**, p.7-8, Mar. 1997.

JONES, D. J. Traditional knowledge in the global village. **LASIE**, v. 31, n. 4, p. 45-57; 60-65, Dec. 2000.

JORANSON, K. Indigenous knowledge and the knowledge commons. **The International Information & Library Review**, v. 40, n. 1, p. 64-72, 2008

JOSEPH, G.; LAWSON, K. First Nations and British Columbia Public Libraries. **Feliciter**, v. 49, n. 2, p. 245-247, 2003.

KANIKI, A.; MPHALELE, M. Indigenous knowledge for the benefit of all: can knowledge management principles be used effectively? **South African Journal of Library and Information Science**, v.68, n.1, p.1-15, 2002.

KAYA, Y. K. Native American Colleges: progress and prospects. **Journal of Academic Librarianship**, v. 24, n. 3, p. 244-245, May .1998.

KOCH, G. This land is my lan; the archives tells me so; sound archives and response to the needs os indigenous Australians. **IASA Journal**, n. 6, p. 13-22, Nov. 1995.

LANDA V. L. Pensamientos indígenas em nuestra America. In: BEIGEL, F. et. al. **Crítica y teoría em el pensamiento social latino-americano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 11-75. (Colección Becas de Investigación)

LANGELAND, A. Sami: a library policy challenge. **Revista Scandinavian Public Library Quaterly**, v. 28, n. 4, p. 22-23, 1995.

LAURSEN, A. With the mobile library to New Zealand's Maoris. **Bibliotek**, v. 70, n. 2, 1989.

LAWLOR, P. Ontario's First Nations Public Libraries: an overview with observations. **Feliciter**. v. 49, n. 5, p. 250-252, 2003.

MANSOURIAN, B. Multicultural library services and Kooris. **Multicultural Libraries**. v. 13, n. 1, p. 22-26, Aug. 1993.

MARROQUIN, A. **Balance del indigenismo**: informe sobre la política indigenista en América. Ciudad de México: Instituto Indigenista Interamericano, 1977. 300 p.

MCCANN, S. et al. Reconciliation on-line: reflections and possibilities. **International Journal of Legal Information**, v. 28, n. 2 , p. 213-231, 2000.

McIVER, G. Access as identity: federation 2001 and the indigenous documentary heritage of Australia. **Australian Library Review**, v. 10, n. 4, p. 441-446, Nov. 1993.

McKINLEY, K. H.; SELF, B. E. **The application of computer technology to the development of a Native American Planning and Information System**. Arlington: Educational Resources Information Center, 1979. 63 p.

METOYER-DURAN, C. Native american library and information services. **Government Information Quarterly**, v. 9, n. 3, p. 359-362, 1992.

MURPHY, S. J. Library services to the ethnic community In: LAA NZLA CONFERENCE, 1981, Sidney. **Proceedings** ... Sidney: Library Association of Australia, 1981. p. 373-380.

_____. Breaking through the killer-phrase barrier: multiculturalism and your library. **New Zeland Libraries**, v. 45, n. 2, p. 38-41, June. 1986.

NICOLAS, Y. La partenariat entre la Bibliotheque Nationale de Nouvelle-Zelande et les Maori community. **Bulletin des Bibliotheques de France**, v. 49, n. 3, p. 79-87, 2004.

OLIVEIRA, R. C. Ação indigenista, eticidade e o dialogo interétnico. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.

PACHECO, J. Cidadania e globalização: povos indígenas e agencias multilaterais. **Horizontes antropologicos: relações interétnicas**. v. 6, n. 14, p.125-140, nov. 2000.

PATTERSON, L. Tribal and reservation libraries. **Rural Libraries**. v. 22, n. 1, p. 19-24, 2002.

PELLETIER, D. Library and Archives of Canada initiates Aboriginal Resources and Services Program. **Feliciter**, v. 49, n. 5, p. 239, 2003.

PELZMAN, F. National support for Native American libraries: the NCLIS commitment. **Wilson Library Bulletin**, v. 67 , n. 4., Dec . 1992.

PINTO, A. A. **A informação indígena na América Latina e Caribe**. 2000. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) - Departamento de Ciência de Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2000 .

RAJASINGHAM, L. New Zeland Maori and telelearning. **OLS News**, v. 51, p. 3, Mar .1995.

RIEKE, J. L. Linking native americans to quality health information on the internet: a tribal college library collaboration. **Journal of Consumer Health on the Internet**, v. 9, n. 2, p. 27-42, 2005.

RIGEL, T. Library services to the Sioux. **Catholic Library World**, v. 42, n. 4, p. 235-237, Dec. 1970.

RISLER, M. The Australians Indigenous Resource Project at the Northern Territory Library. **Australian Library Journal**, v. 45, n. 4, p. 308-11, Nov. 1996.

ROBERTS, Kate. Preserving Maori documentary heritage in New Zeland. **International Preservation News**, p. 11-14, May. 2001.

ROY, L. To support and model Native American library services. **Texas Library Journal**, v. 76, n. 1, p. 32-35, 2000.

ROY, L.; GOINES, L.P. Electronic communication for and about Native Americans. **FID News Bulletin**, v. 44, n. 11, p. 286-289, Nov. 1994.

SULLIVAN, R. Indigenous cultural and intellectual property rights: a digital library context. **D-Lib Magazine**, v. 8, n. 5, May. 2002.

TAYLOR, R. Profiles: four native american libraries. **Wilson Library Bulletin**, v. 67, n. 4, p. 38-39, Dec. 1992.

TEIXEIRA, L. Magic of community: the telecommunications revolution and native american heritage. **Wilson Library Bulletin**, p. 34-37, Sep. 1994.

WERNET, M. L. Researching indians of Louisiana. **LLA Bulletin**, v. 57, n. 1, p. 13-20, 1994.